



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 462/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1671/2014 (02 Volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias – SPA Joventina Dias.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsáveis:** Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor (período de 01/01/2013 a 01/04/2013 e o Sr. Marcos Paulo Vieira Melo, Diretor Geral do SPA Joventina Dias (período de 01/04/2013 a 31/12/2013), à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM – Informação nº 263/2015 (fls. 236/237).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 816/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl.238).
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias. Exercício de 2013.

*Contas Irregulares. Multas. Prazo. Recomendação à Atual Direção do SPA.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Antonio Moraes de Aquino**, gestor no período de 01/01/2013 a 01/04/2013, com fulcro no art. 22, III, "b" c/c art. 25 da Lei 2423/96.

**9.2- Multar** o Sr. **Antônio Moraes de Aquino**:

**9.2.1-** Pelos subitens 11.2 e 11.3 deste voto, no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), por grave infração à norma legal, conforme disposto no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012.

**9.3- Determinar prazo de 30 dias** para recolher a multa citada no subitem 15.2 deste voto, aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**9.4- Autorizar**, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** pela Fazenda, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 72, inciso III, "a"



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 462/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**9.5- Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Marcos Paulo Vieira Melo**, gestor no período de 01/04/2013 a 31/12/2013, com fulcro no art. 22, III, "b" c/c art. 25 da Lei 2423/96.

**9.6- Multar o Sr. Marcos Paulo Vieira Melo:**

**9.6.1-** Pelos subitens 11.4, 11.5, 11.6, 11.7, 11.8, 11.9 e 11.11 deste voto, no valor de **R\$ 17.536,48** (Dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), por grave infração à norma legal, conforme disposto no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012.

**9.7- Determinar prazo de 30 dias** para recolher a multa citada no subitem 15.6 deste voto, aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**9.8- Autorizar**, caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, a **inscrição do débito na Dívida Ativa** pela Fazenda, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 72, inciso III, "a" c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**9.9- Recomendar à atual Direção do SPA Joventina Dias:**

**9.9.1-** que observe, com maior rigor, o cumprimento da Lei de Licitações 8.666/93;

**9.9.2-** que observe, com maior rigor, os procedimentos administrativos necessários à correta manutenção da Unidade.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 25 de maio de 2016.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Cientificado através do(s) Ofício(s)  
nº(s) Ofícios 2677  
2678/2016  
Manaus, 01.07.16  
Servidor: Mikael R.

TRIBUNAL DE CONTAS  
REMESSA  
Faço remessa deste processo a  
..... Sepleno .....  
Manaus: 14 / 06 / 2016.  
..... Lintra .....  
Servidor DIRAC

JUNTADA  
Junto aos autos Ofícios 2678 e 2677/16. SEPLENO  
de fls. 260/261 que adiante se vê  
Manaus, 01 de 08 de 16  
Servidor (a) da Secretaria do Tribunal Pleno